



## PONTO ELETRÔNICO

Servidor tem de cumprir horário, diz Sisem sobre ponto para médicos

Página 11

## EM BRASÍLIA

Sintss-MS participa de manifestação contra reformas e Diretas Já

Página 9



# Tríade da JBS



Os três últimos governadores de Mato Grosso do Sul, Zeca do PT, André Puccinelli (PMDB) e Reinaldo Azambuja (PSDB) estão oficialmente implicados nas investigações da Lava Jato. Em depoimento oficial para o acordo de delação premiada, um dos donos da JBS, Wesley Batista, revelou suposto esquema de corrupção envolvendo pagamento de propinas em troca de isenção fiscal para a empresa. Página 10

Ocupa Brasília: Delegação da ACP mantém a marcha em defesa dos direitos dos trabalhadores e da democracia

Páginas 4 e 5

## CAFÉ COM O SERVIDORES

Sindetran-MS mobiliza categoria para cobrar negociação salarial

Página 8

## SINPOL-MS

Policiais Civis protestam contra PEC da Previdência em Brasília

Página 3

## OCUPA BRASÍLIA

Sindijus se une aos mais de 150 mil manifestantes na luta contra a retirada de direitos



Página 2

## MPE E MPF

Fórum dos Servidores pede investigação contra Azambuja



Páginas 6 e 7



# Sindijus-MS se une aos mais de 150 mil manifestantes durante 'Ocupa Brasília' na luta contra retirada de direitos

O Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul (SINDIJUS-MS) foi bem representado pelos filiados e diretores que participaram efetivamente do movimento "Ocupa Brasília" contra a retirada de direitos dos trabalhadores — Reforma Trabalhista e Previdenciária — durante o dia 24 de maio, na Capital Federal. O evento foi promovido por vários segmentos da sociedade civil organizada, além de centrais sindicais e federações, reunindo mais de 150 mil pessoas de todos os Estados do País.

Da Redação  
redacao@publico.inf.br

Do sindicato participaram os filiados Edson Ferreira dos Santos, Aurivaldo Albuquerque, Maria Aparecida Calarge, Pedro Gabriel Castro Torres, Eunice Caetano da Silva, Katia Regina Nantes Vieira e Flávio Luiz Lopes. Além do presidente Fabiano Reis, vice Leonardo Lacerda, o diretor de Política Sindical André Luiz de Jesus e a diretora de Apoio aos Inativos, Sali Hildebrando (coordenadora Regional Centro-Oeste da Fenajud).

A participação no movimento faz parte da convocação da Federação Nacional dos Servidores do Judiciário nos Esta-



SINDIJUS foi representado pelos filiados e diretores que participaram efetivamente do movimento



Manifestantes pediram o fim da corrupção no País e "Diretas Já"

dos (Fenajud), conforme deliberação do Conselho de Representantes Extraordinário, realizado na semana passada pela Federação, que chamou os representantes do Judiciário nos Estados para demonstrar a indignação do trabalhador.

Além da mobilização contra a retirada de direitos trabalhistas, os manifestantes pediram

o fim da corrupção no País e "Diretas Já", com eleições diretas para presidente da República. "Nós do SINDIJUS-MS participamos de uma grande passeata contra Reforma da Previdência e Reforma trabalhista, além disso, manifestamos também contra a corrupção e a favor de eleições diretas para presidente da República. Unidos, conseguimos

mostrar nossa indignação para os nossos representantes", enfatizou Fabiano Reis.

O movimento contou com a participação de caravanas de diversas regiões do País, contabilizando uma média de mil ônibus. "De Mato Grosso do Sul tivemos a informação que vieram cerca de 40 ônibus em caravana para protestar contra a retirada de nossos direitos. Os coordenadores do Fórum dos Servidores Públicos de MS (entidade da qual o SINDIJUS-MS exerce função de coordenação-geral) também marcou presença com suas categorias — na área da saúde, educação e segurança pública", complementou Fabiano.

## OBJETIVO ALCANÇADO

O ponto de ebulição do "Ocupa Brasília" se deu com a ação repressora das forças policiais, que dispararam diversas bombas de efeito moral e balas de borracha para tentar dispersar os manifestantes e sufocar o protesto. Como desdobramento do conflito, o governo anunciou, a convocação das Forças Armadas para o patrulhamento da Esplanada dos Ministérios e do Palácio do Planalto, de forma a impedir a aproximação de manifestantes. A medida provocou uma onda de protestos tanto por parte de parlamentares da oposição quanto

de segmentos populares.

"Apesar da truculência do governo, de inibir a manifestação legítima do povo, acreditamos que nós alcançamos o objetivo e marcamos história em Brasília, com o apoio da classe trabalhadora, podendo mudar o rumo do País e garantindo nossos direitos. Os parlamentares que estão votando contra a vontade do trabalhador sentiram a força do povo, mostramos nossa indignação com tanta corrupção, lutando pelo trabalhador e pela sociedade", finalizou o presidente do SINDIJUS-MS.





# Policiais Civis protestam contra PEC da Previdência em Brasília



Uma caravana com 50 policiais civis do Mato Grosso do Sul uniu-se a mais de mil policiais do Brasil em protesto contra a Reforma da Previdência (PEC 287/2016), na tarde de quarta-feira (24) em Brasília-DF. Embora o protesto seja legítimo e

tenha começado pacificamente, vários tumultos foram registrados e houve confronto entre manifestantes e a força policial que estava em plantão. “Os policiais civis permanecem na busca de mostrar para a sociedade e para o governo federal que não aceitarão

a PEC 287, sobretudo neste momento em que o presidente da república está sendo questionado criminalmente por corrupção”, declarou o presidente do Sinpol-MS, Giancarlo Miranda.

O Sinpol-MS é contra qualquer ato de vio-

lência, especialmente durante protestos, pois acredita que o direito constitucional da livre manifestação de pensamento deve ser respeitado. As centrais sindicais estimam que 100 mil trabalhadores de todos os setores participaram dos protestos.



## Sinpol-MS defende direito ao protesto

O direito ao protesto é assegurado pela Constituição Federal Brasileira quando afirma que é livre a manifestação do pensamento. O Sinpol-MS, como entidade que luta pelos direitos dos policiais civis, participa ativamente de manifestações defendendo os interesses da categoria. No dia 24 de maio em Brasília-DF, a entidade participou do protesto nacional contra a Reforma da Previdência (287/2016). Embora o intuito do ato fosse o protesto pacífico, havia “proveitadores” infiltrados que tinham somente o objetivo

de manchar um pleito autêntico.

O Sinpol-MS não apoia o vandalismo, a violência, tampouco atos de conotação política. O Sinpol-MS não tem partido, mas uma só bandeira: a valorização do policial civil. Portanto, não admite que o governo federal faça casuísmo, classificando um protesto fidedigno como baderna. O Sinpol-MS jamais desistirá de lutar para que o Brasil seja um país melhor, no qual os direitos dos cidadãos sejam respeitados e os policiais civis sejam valorizados.





# Ocupa Brasília: Delegação da ACP mantém a marcha em defesa dos direitos dos trabalhadores e da democracia

II Em meio à multidão de mais de 150 mil pessoas, 40 professores de Campo Grande marcarão o passo na história. A delegação da ACP somou forças com os trabalhadores do Brasil, ocupou Brasília e enfrentou o autoritarismo e a covardia do governo Federal, no dia 24 de maio de 2017, para protestar contra as reformas, por eleições diretas já e nenhum direito a menos.

Da Redação  
redacao@publico.inf.br

Desde 2016, a ACP tem encampado uma forte luta contra as medidas do governo Temer que pretendem retirar direitos da classe trabalhadora. “Para culminar neste que pode ser considerado um dos maiores atos de protesto que a Capital Federal já recebeu, foi necessário construir a resistência dentro do movimento sindical. Nessa perspectiva, a ACP tem pautado sua atuação no protagonismo da luta de classes”, explica o presidente da ACP, professor Lucílio Souza Nobre.

Ao longo desse processo de construção político-sindical, o sindicato tem oportunizado a formação na prática aos seus filiados. “Essas reformas fazem parte de um plano tão bem arquitetado, que o governo e seus



apoiadores acreditavam que elas estariam aprovadas já em fevereiro. Hoje já é bem diferente. Temos que entender que pra ter 150 mil nessa manifestação, teve que ter mil em atos anteriores. É uma construção contínua”, avalia o secretário de formação sindical da ACP, professor Gilvano Bronzoni.

A manifestação foi

também uma reação do povo brasileiro ao atual cenário político do país, em que o presidente da República aparece envolvido numa teia de corrupção que, a cada nova operação da Polícia Federal, mostra-se armada para atender interesses que não são os da população brasileira.

“Nós da educação

acertamos em participar desse ato. É um momento histórico do país, a melhor possibilidade de formação que tivemos. Acho que a queda de Temer é um fato e nós temos a certeza de estarmos cumprindo nosso papel na defesa dos direitos e da democracia”, opinou o professor Francisco Givanildo dos Santos, integrante da delegação da ACP.





## Repressão violenta

II A grandeza da luta dos trabalhadores não sucumbiu diante da covardia do governo Temer que usou de força desproporcional e promoveu uma verdadeira guerra contra os manifestantes. “Depredação e vandalismo é o que o governo e seus apoiadores estão fazendo com o país desde o golpe. A mobilização do povo na rua é um direito nosso que temos que defender incansavelmente, sob pena de vermos nosso país mais uma vez afundado na escuridão de uma ditadura. É inaceitável que se criminalize o livre direito à manifestação”, criticou a vice-presidente da ACP Zélia dos Santos Aguiar.

“Chegamos em meio a uma guerra, ambiente bem hostil. Foram quatro horas e meia de bombardeio, a polícia contra uns 150 Black blocs. Não! A polícia contra a população que protestava, os blacks são facilmente perceptíveis em meio a multidão. Éramos quase 200 mil pessoas, com faixas e bandeiras dos nossos sindicatos, travamos as atividades no Congresso,

senadores foram até o meio do povo manifestar apoio, o responsável pela Polícia Civil foi até um dos carros posicionado próximo ao espelho d’água e repreendeu os militares que atacavam manifestantes”, afirmou indignada a professora Heide Cristiane.

“Os professores filiados à ACP são extremamente politizados, compreendem o papel de luta do sindicato e por isso, a contribuição voluntária dos cerca de 5 mil filiados possibilita que façamos a defesa dos direitos dos trabalhadores. E a diretoria está preparada para realizar quantos atos forem necessários. Nossa luta não para”, pontua Lucílio Nobre.

Sob o sol do Planalto Central, sob a lágrima forjada pelo gás, os professores de Campo Grande seguem acreditando no legado que deixam na educação, de que defender direitos também é ensinar. “A toda a delegação da ACP, o nosso agradecimento pela coragem, garra e entendimento de que só a luta nos garante”, finaliza Zélia Aguiar.

**W** Os professores filiados à ACP são extremamente politizados, compreendem o papel de luta do sindicato e por isso, a contribuição voluntária dos cerca de 5 mil filiados possibilita que façamos a defesa dos direitos dos trabalhadores”

Lucílio Nobre Presidente da ACP



## FETEMS protocola documento no Governo comunicando paralisação dia 30 e exigindo cumprimento da legislação

II A direção da FETEMS (Federação dos Trabalhadores em Educação de Mato Grosso do Sul) protocolou na terça-feira (23) um documento no Governo do Estado cobrando uma postura efetiva em relação ao cumprimento da sentença homologada pelo TJMS nos autos 1405770-57.2015.8.12.0000 e o texto do artigo 49 da Lei Complementar 87/2000, referente ao reajuste do Piso Salarial Nacional de 7,64% e também sobre a política salarial dos administrativos em educação.

De acordo com o presidente da FETEMS, Roberto Magno Botareli Cesar, a entidade se mantém aberta ao diálogo, mas

não pode ficar de braços cruzados com o cenário de descumprimento legal dos direitos dos trabalhadores. “Mantivemos a negociação ao máximo, mas agora paralisaremos no dia 30 e com certeza pode ser um aviso para uma greve maior, pois não podemos mais esperar que nossos direitos sejam cumpridos de braços cruzados”, disse.

A categoria optou pelo dia de paralisação na quinta-feira (18), em Assembleia Geral da Federação, maior instância de decisão dos trabalhadores em educação. As ações do dia de luta devem se concentrar em Campo Grande.

A EDUCAÇÃO VAI PARAR

Governo do Estado NÃO PAGA reajuste aos educadores

30 DE MAIO PARALISAÇÃO ESTADUAL

Todos juntos por valorização e respeito.

FETEMS  
FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DE MATO GROSSO DO SUL  
FILIAL A CEEZ ONO BRASILE  
73 SIMTEOs afiliados



# Fórum dos Servidores protocola ofício no MPF sobre suposto esquema de propina envolvendo Azambuja

Os coordenadores do Fórum dos Servidores Públicos de Mato Grosso do Sul protocolaram dois ofícios solicitando Pedido de Providências no Ministério Público Federal em Mato Grosso do Sul (MPF-MS), na manhã de terça-feira (23), sobre denúncia de suposto recebimento de propina ao Governo do Estado, conforme delação premiada feita pela JBS. E, o segundo, sobre a falta de repasse de R\$ 34 milhões do fundo da previdência dos servidores públicos do Estado.

Da Redação  
redacao@publico.inf.br

“Tendo em vista às delações ocorridas em razão da operação denominada ‘Lava Jato’ onde configuram fortes indícios de ilícitos praticados pelos ex-governadores José Orcírio Miranda dos Santos (PT), André Puccinelli (PMDB) e Reinaldo Azambuja Silva (PSDB), este último ocupa o cargo de governador do Estado de Mato Grosso do Sul, solicita-se as devidas apurações dentro de uma rigorosa investigação que ao final produza a condenação dos culpados”, descreve o Fórum dos Servidores, no ofício.

Reinaldo Azambuja teria participado do esquema



Coordenadores do Fórum dos Servidores Públicos de Mato Grosso do Sul protocolaram dois ofícios solicitando Pedido de providências ao Ministério Público Federal em Mato Grosso do Sul

sórdido de corrupção, ao receber, em dinheiro, o equivalente a 20% do valor do benefício fiscal de ICMS concedido pelo Estado de Mato Grosso do Sul às empresas do grupo JBS.

Ainda conforme ofício, “como se pode verificar pelas delações, em tese, o governador do Estado de Mato Grosso do Sul, utilizou-se do cargo em um esquema fraudulento de emissão de notas fiscais frias para o recebimento de propina”.

No segundo ofício, foram solicitadas providências sobre possível responsabilidade do Governo de MS pela falta de repasses ao fundo previdenciário estadual, desde outubro de 2016, totalizando, até então, R\$ 34 milhões, conforme valor divulga-



Reinaldo Azambuja teria levado do grupo JBS, segundo a delação, R\$ 45.631.696,03. Ele recebeu R\$ 10 milhões em espécie, de acordo com o delator, e outros R\$ 35 milhões por meio de pagamentos feitos com notas falsas

do no início do mês de maio deste ano.

Esse mesmo ofício foi protocolado também na Procuradoria Geral de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul pelos coordenadores do Fórum dos Servidores

Públicos, na tarde desta segunda-feira. “Os fatos mencionados indicam a possibilidade, em tese, de prática de improbidade administrativa e apropriação indébita de valores descontados dos servidores”, afirma o documento.

## Em mês de data-base, Fórum protocola 4º ofício solicitando reunião com o Governo do Estado

O Fórum dos Servidores Públicos do Estado de Mato Grosso do Sul protocolou, no dia 16, o quarto ofício solicitando reunião com o governador Reinaldo Azambuja para negociação coletiva do reajuste salarial dos servidores públicos do Estado.

No entanto, desde o dia 10 de março, data do primeiro ofício protocolado solicitando audiência, até o dia 17, não houve nenhuma resposta por parte do Governo do Estado.

A preocupação das lideranças sindicais e revolta dos servidores públicos ocorre devido à data-base ser neste mês de maio, tendo o risco de a categoria ter novamente reajuste zero.

“Isso mostra a falta de respeito e consideração com os servidores públicos estaduais. Pela imprensa, o governo fala que está se reunindo

com as lideranças sindicais, mas na verdade não está tendo nenhum diálogo”, comentou o coordenador-geral do Fórum, Fabiano Reis.

Ao contrário do que o Governo do Estado afirma por meio dos órgãos de comunicação, não está tendo nenhuma negociação, pois no fim do mês de abril, o governo encaminhou Projeto de Lei na Assembleia Legislativa (ALMS), prorrogando o abono salarial de R\$ 200 dos servidores estaduais até o ano de 2018, sendo aprovado na Casa de Leis sem qualquer debate com a categoria.

O Fórum dos Servidores Públicos de Mato Grosso do Sul é integrado por sindicatos e associações, que representa mais de 45 mil trabalhadores estaduais e tem por finalidade a defesa e a manutenção dos direitos coletivos do funcionalismo público estadual do Estado.



# Fórum questiona o uso indevido de R\$ 34 milhões da Previdência por parte do Governo do Estado



O Fórum dos Servidores Públicos do Estado de Mato Grosso do Sul protocolou na quinta-feira (18) ofício na Governadoria, solicitando esclarecimento quanto à publicação do CONPREV-MS (Conselho Estadual de Previdência do Estado de Mato Grosso do Sul) onde afirma que o Governo do Estado está com atraso no repasse de R\$ 34 milhões relativo ao Plano Previdenciário dos servidores públicos, que é descontado mensalmente.

Da Redação  
redacao@publico.inf.br

De outubro de 2016 até o presente momento o governador Reinaldo Azambuja não repassa o recur-

so da previdência para o Fundo de Previdência. Os valores constam no fluxo de rendimento das aplicações e resgates do mês de fevereiro/2017, bem como os demonstrativos financeiros do Plano Previdenciário referente aos meses de outubro, novembro, dezembro e décimo terceiro do ano de 2016, somados os repasses dos meses deste ano, totalizando R\$ 34 milhões.

A quantia se trata de percentual contributivo do servidor, consignado em folha de pagamento, bem como a parte patro-

nal, que deveriam estar sendo aplicados para as aposentadorias e pensões do Plano Previdenciário, como prevê a Lei n. 4.213, de 28 de junho de 2012 — que dispõe sobre a segregação da massa de segurados do Regime Próprio de Previdência Social do Estado de Mato Grosso do Sul (MSPREV), conforme ata da reunião do Conprev no dia 31 de março de 2017.

Ainda na ata do Conprev, foi aprovado por unanimidade para que “fosse oficiado o Diretor-Presidente da Agência de Previdência (Jorge

**R\$ 34 mi**  
é o valor usado de forma irregular pelo Governo do Estado do Fundo Previdenciário dos servidores públicos

## INCOERÊNCIA: Governo Azambuja se diz transparente, mas age nas sombras

O governador Reinaldo Azambuja (PSDB), que tem desembolsado altas cifras em publicidade para divulgar o “ranking nota 10” em gestão transparente, não é tão translúcido assim como se exhibe ser. Pois são muitos os decretos contestáveis publicados no Diário Oficial, além de condutas incomuns que rodeiam seu governo e secretariado. Essa é a opinião do Fórum dos Servidores Públicos de Mato Grosso do Sul que tem atuado amplamente na defesa dos direitos coletivos do funcionalismo público estadual.

Uma delas, à custa do servidor, é usar “indebitamente” R\$ 34 milhões do Plano Previdenciário do servidor estadual, desde outubro de 2016, para pagar fornecedores do Estado. Essa quantia é relativa ao percentual contributivo do servidor, consignado em folha de pagamento, bem como a parte patronal, que deveriam estar sendo aplicados

para as aposentadorias e pensões do Plano Previdenciário.

Quem sabe com esse recurso esteja sendo pago o reajuste para a empresa PSG Tecnologia Aplicada Ltda, de 12,09% referente ao período de 2015 e 2016, com efeitos a partir de março, conforme Processo 31/700.728/2013 publicado no dia 07 de fevereiro deste ano, enquanto os servidores públicos, com pleno direito de reajuste salarial anual garantido na Constituição Federal, amargam por anos reajuste zero de reposição inflacionária.

**Nota-se ainda contratos e publicações contestáveis, como por exemplo, a suplementação de R\$ 6,3 milhões para o Tribunal de Contas do Estado (TCE-MS), sob alegação de “excesso de arrecadação”** para abrir crédito suplementar, conforme o decreto publicado em dezembro de 2016, assinado pelo

governador Reinaldo Azambuja (PSDB) e pelo secretário de Governo e Gestão Estratégica, Eduardo Correa Riedel.

Desse valor, o decreto descreve que R\$ 4,71 milhões seriam utilizados para despesas de “pessoal e encargos sociais”, R\$ 1,54 milhão para “outras despesas correntes” e R\$ 50 mil para investimentos. Além disso, o recurso é proveniente do tesouro estadual, conforme consta na publicação.

Ainda se não bastassem todas essas incógnitas, o governo do Estado vira as costas para o servidor público, que mantém a máquina funcionando na busca do melhor atendimento da população, sem diálogo e muito menos valorização, priorizando apenas aquilo que lhe convém. Portanto, o funcionalismo público acredita que está muito longe de ser prioridade nesse governo, que está chegando a três anos de gestão.

Oliveira Martins), para que sejam tomadas medidas judiciais cabíveis, de forma contundente e urgente, para se sobrepor as irregularidades apontadas e não solucionadas na esfera administrativa. Além de encaminhar cópia do referido ofício ao Ministério Público

Estadual, Defensoria Pública, Tribunal de Contas, Tribunal de Justiça e Presidente da Assembleia Legislativa”, descreve-se no documento. “Não podemos permitir que o governo do Estado tome decisões que influenciam diretamente na vida do servidor público,

a nossa aposentadoria, sem comunicar as entidades representativas e até mesmo o Conprev, que é o conselho que nos representa. Cadê a transparência? E o diálogo com a categoria?”, questionou o coordenador-geral do Fórum dos Servidores, Fabiano Reis.



# Sindetran mobiliza categoria para cobrar do governo do Estado reajuste salarial

Na manhã de quarta-feira (24), o Sindicato dos Servidores do Detran (Sindetran-MS) promoveu um ato de mobilização da categoria cobrando do governo do estado as negociações de dissídio. O Café com o Servidores reuniu centenas de servidores na Sede do Detran de Campo Grande e nas Agências de Dourados, Ponta Porã, Nova Andradina, Três Lagoas e Coxim.

Da Redação  
redacao@publico.inf.br

Alguns nunca participaram de outras manifestações como é o caso do servidor Alexandre Delfino. Pela primeira vez numa ação do Sindetran-MS, ele justifica que a indignação é grande. “Não participei antes porque não acreditava na outra direção do Sindetran, por falta de ideologia. Nessa nova diretoria eu acredito. Agora estamos trabalhando todos juntos para ver se melhoramos o salário dos servidores do Detran”, relata Alexandre.

E quando o servidor já esta aposentado? Ele luta também! É o caso da servidora Ana Feitosa Mendes Filha, aposentada há seis anos, participou da greve no ano passado e fez questão de estar na manifestação de hoje. “Essas ações do Sinte-

tran-MS são necessárias. Mais de dois anos que não temos reajuste, não temos nada. O Detran é o segundo órgão arrecador do estado. Arrecada muito e não ganha nada. O servidor do Detran nunca foi valorizado e precisa ser”, argumenta Ana Feitosa.

O presidente do Sindetran-MS, Octacílio Sakai Junior explica que neste momento é importante a participação de todos os servidores. “O Café com o Servidor, os outdoors espalhados pela cidade são ações do Sindetran-MS realizadas de modo pacífico para chamar a atenção do governo do estado para os pedidos da categoria. Nós estamos contentes com o apoio dos servidores do Detran. Neste momento estamos lutando juntos e juntos somos mais fortes”, exclamou Sakai.

A união dos servidores se mostra importante em momentos de luta pelo direito da categoria, principalmente em dias de indignação com a conduta dos gestores do país. “Se não valorizarmos a categoria dos concursados o que vai virar o Detran? Vai virar essa porcaria que esta o Brasil hoje? Não, nós não somos assim. Nós temos uma camisa e vamos vesti-la e lutar por ela”, finalizou a servidora Ana Feitosa.



Mobilização reuniu servidores de Campo Grande e das Agências de Dourados, Ponta Porã, Nova Andradina, Três Lagoas e Coxim



Servidores do Detran de Coxim



Servidores do Detran de Dourados



Servidores do Detran de Nova Andradina



Servidores do Detran de Ponta Porã



# Sintss participa de manifestação contra reformas e pede impeachment de Temer

II A capital do País assistiu cenas estarecedoras na quarta-feira (24), quando milhares de manifestantes ocuparam o planalto central, para pedir a saída de Michel Temer do governo federal, as Eleições Diretas Já e consequentemente a retirada imediata dos projetos de lei da Reforma da Previdência e Reforma Trabalhista.

Da Redação  
redacao@publico.inf.br

A manifestação que teve concentração em frente do estádio Mané Garrincha, em Brasília, transcorreu pacificamente até o encontro dos manifestantes com a barreira policial montada em frente ao Congresso Nacional.

Houve confronto e os manifestantes em grande

maioria reclamaram da truculência e exagero da polícia do Distrito Federal, em conter as tensões que se iniciaram, quando militantes Black Blocs deram início ao enfrentamento à Polícia Militar e a retirada de barricadas.

Para Ricardo Bueno, Presidente do Sintss/MS, esta foi “uma manifestação bonita, pacífica, até chegar na esplanada, infelizmente pessoas infiltradas fizeram o que fizeram, a gente avaliou como positiva, mostrou que o povo está acordado, tá vendo o que está acontecendo... Tinha muito mais de 150 mil pessoas nas ruas, o Temer conseguiu unir todas as centrais sindicais na luta pelos nossos direitos, graças a deus levamos nossa delegação, uma viagem tranquila ida e volta e o pessoal viu que todos



Sintss-MS na defesa da imediata retirada dos projetos de lei da Reforma da Previdência e Reforma Trabalhista e por Diretas Já!

estão na luta e vamos continuar juntos, contra a reforma da previdência e a reforma trabalhista”, disse o dirigente.

Segundo o site da CUT, o ato convocado pelas frentes Brasil Popular e Povo Sem Medo refletiu dentro do Congresso e a bancada de oposição ao ilegítimo Michel Temer

(PMDB) chegou a ocupar a mesa da presidência da Câmara dos Deputados.

Já nas imediações do Congresso, o presidente nacional da CUT, Vagner Freitas, apontou essa como a maior marcha sobre a capital federal e destacou que mais uma Greve Geral deve vir por aí.

## Temer nas cordas

Incapaz de responder democraticamente às mobilizações e sem respaldo moral e político, o golpista Temer baixou uma AGA (Ação de Garantia da Ordem) autorizando o Exército a fazer a segurança do Distrito Federal até o dia 31 de maio, provável dia da votação da Reforma Trabalhista, em episódio que remonta aos tempos obscuros da ditadura militar.

A direção do SINTSS/MS informa que apesar de tantas bombas de gás lacrimogêneo, balas de borrachas e até tiros letais, nenhum representante de nossa delegação



se feriu e retornaram bem às suas casas.

A direção do SINTSS/MS agradece a disposição de militante de nossa delegação e de todos e todas que apoiaram esta iniciativa de tornar um Brasil melhor para os servidores e para a população, na defesa da imediata retirada dos projetos de lei da Reforma da Previdência e Reforma Trabalhista e por Diretas Já!



**W** Uma manifestação bonita, pacífica, até chegar na esplanada, infelizmente pessoas infiltradas fizeram o que fizeram, a gente avaliou como positiva, mostrou que o povo está acordado, tá vendo o que está acontecendo... Tinha muito mais de 150 mil pessoas nas ruas, o Temer conseguiu unir todas as centrais sindicais na luta pelos nossos direitos, graças a deus levamos nossa delegação, uma viagem tranquila ida e volta e o pessoal viu que todos estão na luta e vamos continuar juntos, contra a reforma da previdência e a reforma trabalhista”

Ricardo Bueno  
Presidente do Sintss-MS



# Delação da JBS implica Zeca do PT, Puccinelli e Azambuja na Lava Jato

Os três últimos governadores de Mato Grosso do Sul, Zeca do PT, André Puccinelli (PMDB) e Reinaldo Azambuja (PSDB) estão oficialmente implicados nas investigações da Lava Jato. Em depoimento oficial para o acordo de delação premiada, um dos donos da JBS, Wesley Batista, revelou suposto esquema de corrupção envolvendo pagamento de propinas em troca de isenção fiscal para a empresa.

Da Redação  
redacao@publico.inf.br

Um dos capítulos da delação de Wesley se refere unicamente a Mato Grosso do Sul. No depoimento, prestado em 4 de maio de 2017 aos membros da Procuradoria-Geral da República Fernando Antonio Oliveira e Sergio Bruno Fernandes, Wesley revelou que funcionaria em MS um esquema de pagamento de propina em troca de redução da alíquota de ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços).

O sistema de distribuição de propinas funcionaria desde o governo de Zeca do PT, passando pela gestão de André Puccinelli (PMDB) e ainda em voga na administração de Reinaldo Azambuja (PSDB).



Dono da JBS fala de propina para os ex-governadores Zeca do PT e André Puccinelli; prática teria continuado na atual administração estadual, comandada por Reinaldo Azambuja

## Valores

No termo de declaração, Wesley Batista revela que o suposto esquema de pagamento de propina em troca de incentivos fiscais em Mato Grosso do Sul começou no governo Zeca do PT e esteve vigente até o final do ano passado, já na gestão de Reinaldo Azambuja (PSDB). Em espécie, Puccinelli teria recebido R\$ 30 milhões, e levado mais R\$ 60 milhões via 'doleiro'.

Wesley revela na delação que o esquema era operado por Joesley na época do governo Zeca, que cobrava 20% do valor do benefício de redução do ICMS, tendo como contrapartida o

pagamento de propina. "Como este fato é de 2003, não temos mais o registro de quanto foi pago, nem a forma como foi pago", diz.

Entretanto, o empresário cita que em 2010, enquanto candidato a deputado, Zeca teria pego R\$ 3 milhões de Joesley para campanha, sendo R\$ 1 milhão em doação oficial e R\$ 2 milhões em espécie, no escritório da empresa em São Paulo.

Na gestão de Reinaldo Azambuja, Wesley diz que Reinaldo é o próprio operador e que teria recebido o delator na Governadoria para dar notas frias em troca de isenção de ICMS às empresas do JBS. "Mesma

coisa. Eram incentivos fiscais para redução de ICMS. Vários incentivos eram legítimos, mas alguns dos termos não foram cumpridos para simplesmente reduzir os pagamentos e, em que pé que os investimentos eram legítimos, tinha que conseguir o termo de acordo e tinha que pagar, senão não conseguia".

Wesley detalha uma nota de R\$ 2,9 milhões da empresa Buriti e outros R\$ 10 milhões em espécie. "O pagamento em espécie de R\$ 10 milhões foi tratado diretamente comigo. O Boni foi ao palácio do governo lá em Campo Grande e pegou em mãos as notas frias e processou o pagamento", diz.

## JBS recebeu R\$ 1 bilhão em incentivos fiscais de Azambuja

O grupo JBS recebe incentivos fiscais do governo de Mato Grosso do Sul. Até o ano de 2028, a empresa vai deixar de pagar ao Estado em torno de R\$ 1 bilhão em impostos.

A cifra foi anunciada em dezembro de 2015, no primeiro ano da gestão do governo de Reinaldo Azambuja, do PSDB.

O governador anunciou à época, numa coletiva de imprensa, em Dourados, que o grupo JBS tinha recebido incentivos fiscais por ampliar a produção no Estado.

Azambuja disse ao lado dos diretores do JBS que com a expansão da rede frigorífica o Estado arrecadaria R\$ 17 milhões anuais de Imposto de

Circulação de Mercadoria e Serviços, o ICMS, quantia que poderia atingir R\$ 100 milhões sem os incentivos.

Ou seja, com a renúncia fiscal o Estado deixa de arrecadar, por ano, R\$ 83 milhões. Essa conta segue até o ano 2028, conforme o combinado com a empresa. Somando, ano a ano, a abstenção atinge R\$ 996 milhões. O incentivo foi prometido por 12 anos.

Já em 2015, o anunciado crescimento da rede JBS, com a ajuda do governo estadual, abalou o mercado da carne por aqui. Tanto que a empresa gigante passou a dominar o segmento e, com isso, espalhou-se uma quebra-deira entre os pequenos e médios frigoríficos.





# Servidor tem de cumprir horário, diz Sisem sobre ponto para médicos

II Para o presidente do Sisem (Sindicato dos Servidores Municipais de Campo Grande), Marcos Tabosa, a instalação do ponto eletrônico nas unidades públicas de saúde da Capital não deve alterar o atendimento ou gerar polêmica. Segundo ele, “servidor público tem que cumprir horário”.

Da Redação  
redacao@publico.inf.br

O MPE-MS (Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul) entrou com um pedido de tutela provisória de urgência antecipada para a instalação e uso do ponto eletrônico



Marcos Tabosa: “Estamos aqui para servir a população, que nos paga”

biométrico para todos os servidores que trabalham nas unidades de saúde de Campo Grande em no máximo 120 dias. A solicitação à Justiça foi feita pela Promotora de Justiça Filomena Aparecida Depólito Fluminhan, da 32ª Promotoria de

Justiça da Saúde Pública.

Segundo a informação divulgada pelo MPE-MS nesta quinta-feira (25), a medida foi tomada depois de flagrar o “ineficiente controle de frequência por ‘folha de ponto’ atualmente adotado”. Caso a Prefeitura de Campo Grande não consiga instalar os equipamentos no prazo, pode ter de pagar multa diária no valor de R\$ 50 mil.

Tabosa diz que os servidores não tem preocupação com o sistema que monitora a frequência e os horários de entrada e saída dos funcionários. “Estamos aqui para servir a população, que nos paga”, afirma e acredita que os servidores não devem reclamar da instalação do ponto eletrônico, pois continuarão cumprindo com os horários.

## Obrigações da Prefeitura

Entre as obrigações da Prefeitura estão: no prazo de 120 dias instalar e garantir o regular funcionamento do Sistema de Registro Eletrônico de Frequência instalação, em local visível das salas de recepção de todas as unidades de saúde municipais de Campo Grande, de quadros que informem ao usuário, de forma clara e objetiva: O nome de todos os médicos, odontólogos e profissionais de enfer-

magem em exercício na unidade naquele dia; sua respectiva especialidade; bem como o horário de início e de término da jornada de trabalho de cada um desses servidores; e que o registro de frequência dos profissionais estará disponível para consulta de qualquer cidadão; no prazo de 90 dias formalizar e manter as rotinas destinadas a fiscalizar o cumprimento do disposto.

## NOTA PÚBLICA

A Associação Beneficente dos Subtenentes, Sargentos e Oficiais Oriundos do Quadro de Sargentos Policiais e Bombeiros Militares de MS -ABSSMS, vem a público informar que o Governo do Estado, cancelou a reunião que aconteceria nesta segunda-feira (22), com a ABSSMS e as demais entidades representativas do funcionalismo de MS, que trataria da negociação salarial 2017.

Esta atitude é considerada pela Diretoria da ABSSMS, um desrespeito contra a categoria dos Policiais e Bombeiros Militares e com os demais servidores públicos, mas não surpreende dentro do atual cenário de descaso governamental com o funcionalismo de MS.

Os Militares Estaduais tem como reivindicação a Reposição Inflacionária Constitucional e a Reestruturação das carreiras, necessária para a consolidação da valorização salarial dos profissionais Militares de Segurança Pública.

Sentido de que o governo está se esquivando tendo em vista o cenário político envolvendo a cúpula do governo.

A esquiva do Governo em discutir tal assunto, acontece em momento de cenário político envolvendo a “cúpula” em âmbito Nacional e Estadual, que explicam os quase “três anos” consecutivos sem a devida reposição salarial constitucional, que seriam consequência da “falsa crise”, programada e disfarçada, já que o fruto do trabalho de todos, que é o desenvolvimento, estaria sendo literalmente “mitigado pela corrupção”.

A ABSSMS, junto com os demais sindicatos e associações que fazem parte do Fórum dos Servidores, que representam mais de 45 mil servidores do Estado, protocolaram junto ao Ministério Público Estadual um documento exigindo providências da Justiça contra o Governo de MS, que apropriou-se do dinheiro descontado do funcionalismo e que tem como finalidade o Fundo Previdenciário.

A sociedade sul-mato-grossense, a família Policial e Bombeiro Militar e todos os servidores públicos devem ficar em alerta, nos próximos dias, manifestações e mobilizações serão programadas, contra a corrupção e pelos direitos do funcionalismo.

**#CONTRA CORRUPÇÃO**  
**#REPOSIÇÃO INFLACIONÁRIA JÁ!**





# Mais de 200 mil pessoas ocuparam Brasília

As ruas amanheceram na quarta-feira (dia 24), em Brasília, coloridas com metalúrgicos, bancários, rurais, petroleiros, químicos, servidores, professores, enfermeiros, trabalhadores da construção, segurança e serviços. A categoria elétrica também estava no ato Ocupa Brasília, através dos diretores do Sinergia-MS, que foi organizado pelas centrais sindicais e movimentos sociais.

Da Redação  
redacao@publico.inf.br

“O movimento foi emocionante com mais de 200 mil trabalhadores, com certeza, revigorou nosso compromisso de luta contra as reformas Trabalhista e Previdenciária e por Diretas Já”, ressaltou o diretor do Sinergia-MS e coordenador do Comitê Estadual contra a Reforma da Previdência, Elvio Vargas.



A concentração ocorreu durante toda a manhã nos arredores do estádio Mané Garrincha. Os manifestantes caminharam pelas ruas de Brasília e, no início da tarde, seguiram pelo Eixo Monumental em direção ao Congresso Nacional, onde foram

atingidos por bombas de gás lacrimogênio, spray de pimenta e balas de borracha, lançados pela Polícia Militar do Distrito Federal.

“Quando o início da Marcha chegou próximo ao Congresso Nacional, o Estado mostrou sua falta

de preparo para receber uma manifestação democrática e a polícia, mais uma vez, agiu de forma repressora como sempre faz em atos de trabalhadores e trabalhadoras, que, em Brasília, exerciam seu legítimo direito de manifestação. Milhares de mulheres, e

homens, jovens e crianças foram recebidos com balas de borracha e gás lacrimogênio”, disse a CUT, em nota.

A nota também res-

salta que: “Temer se aproveitou da confusão para invocar as Forças Armadas para a defesa da “ordem”, lembrando os piores momentos da ditadura militar”.



A categoria elétrica também estava no ato Ocupa Brasília, através dos diretores do Sinergia-MS



O movimento foi emocionante com mais de 200 mil trabalhadores e, com certeza, revigorou nosso compromisso de luta contra as reformas Trabalhista e Previdenciária e por Diretas Já”.

Elvio Vargas

Diretor do Sinergia-MS e coordenador do Comitê Estadual contra a Reforma da Previdência